



**MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

**CÂMARA MUNICIPAL**  
**DE**  
**PAMPILHOSA DA SERRA**

**ATA Nº 18**

**DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 10/09/2013**  
**(Contém folhas)**

*Estiveram presentes os seguintes membros:*

<b>Presidente:</b>	José Alberto Pacheco Brito Dias	(PSD)
<b>Vereador:</b>	Jorge Alves Custódio	(PSD)
<b>Vereador:</b>	Luís de Almeida Gonçalves	(PS)
<b>Vereador:</b>	João dos Santos Alves	(PSD)
<b>Vereador:</b>	Gonçalo Barateiro Diogo	(PS)

*Faltaram os seguintes membros:*

**Presidente:**  
**Vereadores:**



**MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

**REUNIÃO DE 10/09/2013**

**ACTA Nº 18**

----- Aos dez dias do mês de setembro do ano dois mil e treze, nesta Vila de Pampilhosa da Serra, no edifício dos Paços do Concelho, Sala de Reuniões, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, sob a presidência do Exmo. Senhor José Alberto Pacheco Brito Dias, na qualidade de Presidente, estando presentes os Vereadores, Senhores Jorge Alves Custódio, Luís de Almeida Gonçalves, João dos Santos Alves e Gonçalo Barateiro Diogo. -----

----- A reunião foi secretariada por Maria Olímpia da Costa Antunes Lucas, Assistente Técnico do Gabinete de Apoio à Presidência. -----

----- E sendo a hora designada para início dos trabalhos e verificando-se haver "quorum" para funcionamento do Órgão Executivo, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, o Senhor Vice-Presidente declarou aberta a reunião. -----

----- A ata da reunião ordinária do dia 27 de agosto de 2013 foi aprovada por unanimidade. -----

**1 - INFORMAÇÕES DO SENHOR PRESIDENTE E DOS SENHORES VEREADORES**

**1.1 - Informações do Sr. Presidente**

----- O Sr. Presidente informou o restante Executivo, do seguinte: -----

----- Que, no próximo dia 12 de setembro, pelas 10:15 horas, vai ter lugar a inauguração das novas instalações do Serviço local da Segurança Social, no Edifício Multiusos Monsenhor Nunes Pereira, com a presença do Senhor Secretário de Estado da Solidariedade e da Segurança Social, Dr. Agostinho Branquinho, bem como a assinatura de Protocolo de Colaboração entre o Município de Pampilhosa da Serra e o Instituto da Segurança Social, IP. -----



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

----- Que, a viatura da Unidade Móvel de Saúde vai estar estacionada no parque das instalações da Guarda Nacional Republicana, ao lado do edifício Multiusos, a fim de ser visitada. -----

----- Que, foi presente o convite da Santa Casa da Misericórdia de Pampilhosa da Serra, para a cerimónia de inauguração da Unidade de Cuidados Continuados Integrados, no dia 12 de setembro, pelas 10:30 horas, com a presença do Senhor Secretário de Estado da Solidariedade e da Segurança Social, Dr. Agostinho Branquinho.

----- Que, vai realizar-se hoje, dia 10 de setembro, pelas 16:00 horas na Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, a reunião do Conselho Executivo da CIMPIN e que pelas 18:00 horas realizar-se-á a reunião Ordinária da Assembleia Intermunicipal, no Villa Pampilhosa Hotel, para a qual convida, desde já, os Senhores Vereadores a estarem presentes. -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

#### **1.2 – Comissão Associativa de Melhoramentos de Camba**

##### **- Agradecimento**

----- Foi presente uma carta da Comissão Associativa de Melhoramentos de Camba, a comunicar que em Assembleia Geral realizada no dia 22 de agosto do corrente ano, foi aprovado por unanimidade um Voto de Agradecimento à Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, pelo apoio que concedeu àquela coletividade. -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

## **2 – DIVISÃO TÉCNICA DE OBRAS E URBANISMO**

### **2.1 – OBRAS PARTICULARES**

#### **2.1.1 – Licenciamento da Casa de Convívio de Aldeia do Meio – Pedido de isenção de taxas**

----- Foi presente uma informação dos Serviços de Obras Particulares, do seguinte teor:

----- “ A Comissão de Melhoramentos de Aldeia do Meio, contribuinte nº 900 292 377, com sede na Rua das Escolas Gerais, 82, na cidade de Lisboa, da freguesia de Santo Estêvão e concelho de Lisboa, apresentou nos serviços do Município, ao abrigo do disposto no nº 2 do artigo 9º do Regulamento Geral de Taxas Municipais de Pampilhosa da Serra, por força da alínea c) do artº 8º





## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

*do mesmo Regulamento, pedido de isenção de taxas, para o processo de licenciamento da Casa de Convívio de Aldeia do Meio, prédio urbano da qual é titular, com afetação a serviços, sito na localidade de Aldeia do Meio, da freguesia e concelho de Pampilhosa da Serra, inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Pampilhosa da Serra sob o artigo matricial nº 3531. -----*

*----- Ora de acordo com o que dispõe a alínea c) do artigo 8º do Regulamento Geral de Taxas Municipais de Pampilhosa da Serra, as pessoas coletivas de direito público ou de utilidade pública, administrativa, associações humanitárias, religiosas, culturais, recreativas, desportivas e sociais e as instituições particulares de solidariedade social, desde que legalmente constituídas, pelos atos e factos se destinam à realização dos seus fins estatutários, podem beneficiar de isenção total ou parcial do pagamento das taxas municipais. -----*

*----- Pelo exposto, considera-se que a mencionada coletividade, Comissão de Melhoramentos de Aldeia do Meio, de acordo com os elementos apresentados, nomeadamente o artigo 1º e 2º dos seus estatutos, cumpre o acima referido. -----*

*----- Mais se entende referir que o pedido de reconhecimento de isenção se encontra formalizado, de acordo com o nº 2 do artigo 9º do Regulamento Geral de taxas Municipais de Pampilhosa da Serra, em vigor. Levo a presente situação à consideração de V.Exª." -----*

*----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade isentar. -----*

*----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----*

## 2.2 – ÁGUAS E SANEAMENTO

### 2.2.1 – Comunicação nº 3714 de 03/09/2013

**- Maria Manuela dos Santos Lourenço – Sobral Valado**

*----- Foi presente uma informação da Secção de Águas, do seguinte teor: -----*

*----- "Relativamente ao assunto em epígrafe, foi presente uma comunicação da Srª Maria Manuela dos Santos Lourenço, respeitante a uma habitação sita na Rua Manuel Fernandes nº 5 em Sobral Valado, na qual é solicitado o pagamento do valor respeitante à ligação de saneamento em várias prestações. -----*

*----- Da análise do solicitado, constata-se que o pedido em causa deverá ser agregado ao consumidor nº 10716, sendo o valor a pagar pela ligação no montante global de 326,68 €. -----*

*----- Atendendo ao exposto e depois de devidamente analisado, entende-se propor o pagamento referido em 3 prestações seguidamente discriminadas: -----*

*----- - 1ª prestação no valor de 88,53 € acrescidos de IVA à taxa de 23% no valor de 20,37 € totalizando 108,90 €, a liquidar até 01/10/2013; -----*





## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

----- - 2ª prestação no valor de 88,53 € acrescidos de IVA à taxa de 23% no valor de 20,37 € totalizando 108,90 €, a liquidar até 01/11/2013;

----- - 3ª prestação no valor de 88,53 € acrescidos de IVA à taxa de 23% no valor de 20,37 € totalizando 108,90 €, a liquidar até 01/12/2013; -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### 2.2.2 - Comunicação n.º 3654 de 28/08/2013

- Esmeralda de Jesus Antunes Matos - Sobral Valado

----- Foi presente uma informação da Secção de Águas, do seguinte teor: -----

----- "Relativamente ao assunto em epígrafe, foi presente uma comunicação da Srª Esmeralda de Jesus Antunes Matos, respeitante a uma habitação sita na Rua do Bairro Novo n.º 8 em Sobral Valado, na qual é solicitado o pagamento do valor respeitante à ligação de saneamento em várias prestações. -----

----- Da análise do solicitado, constata-se que o pedido em causa deverá ser agregado ao consumidor n.º 10810, sendo o valor a pagar pela ligação no montante global de 326,68 €. -----

----- Atendendo ao exposto e depois de devidamente analisado, entende-se propor o pagamento referido em 3 prestações seguidamente discriminadas: -----

----- - 1ª prestação no valor de 88,53 € acrescidos de IVA à taxa de 23% no valor de 20,37 € totalizando 108,90 €, a liquidar até 01/10/2013; -----

----- - 2ª prestação no valor de 88,53 € acrescidos de IVA à taxa de 23% no valor de 20,37 € totalizando 108,90 €, a liquidar até 01/11/2013;

----- - 3ª prestação no valor de 88,53 € acrescidos de IVA à taxa de 23% no valor de 20,37 € totalizando 108,90 €, a liquidar até 01/12/2013; -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

## 2.3 - SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO

### 2.3.1 - Saneamento em Sobral Valado



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

----- Pelo Sr. Presidente foi dito o seguinte: -----  
----- Tendo em consideração o procedimento que a Câmara Municipal tem vindo a praticar, no que respeita a isentar do pagamento de taxa de ligação ao saneamento, os particulares proprietários de terrenos que foram utilizados para passagem de condutas, foram os Serviços de Fiscalização incumbidos de procederem ao levantamento das situações referentes à localidade de Sobral Valado. Assim, foi presente uma informação dos Serviços de Fiscalização, do seguinte teor: -----

----- *“Em conformidade com o solicitado, serve a presente para informar que após diligências efetuadas, inclusive com o Sr, Encarregado Geral, apurou-se que foram utilizados terrenos de particulares na passagem de condutas do saneamento, da povoação de Sobral Valado, da propriedade de: -----*

----- Acácio Nunes da Veiga; -----  
----- Celestina Nunes Garcia; -----  
----- Emília da Conceição Morgado (manas); -----  
----- José Marques Almeida; -----  
----- José Barata Alexandra; -----  
----- José Nunes Marques; -----  
----- Manuel Barata Nunes; -----  
----- Maria de Serafim; -----  
----- Maria Mendes dos Santos (esposa de José Nunes Garcia); -----  
----- Maria dos Anjos Alexandre; -----  
----- Manuel Antunes; -----  
----- Otilia Mendes dos Santos; -----  
----- Isaura Antão. -----

----- A Câmara Municipal, após análise, deliberou por unanimidade isentar os referidos munícipes, do pagamento de taxa de ligação ao saneamento.-----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

## 2.4 - OBRAS PÚBLICAS

- 2.4.1 - Receção definitiva e libertação de caução
- Empreitada: Arruamentos de Santa Luzia
- Adjudicatário: Oliveiras, S.A

----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: ----  
----- *“ Em 10/07/2013 foi efetuada vistoria aos trabalhos abrangidos pela empreitada em*





## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

epígrafe. -----

----- Conforme consta do auto de vistoria anexo, não foram detetadas quaisquer anomalias pelo que os trabalhos poderão ser rececionados definitivamente. -----

----- Para cumprimento do contrato inicial e reforço de caução foi prestada a garantia bancária nº 980154005650 emitida em 23/03/2010 pelo Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), S.A no montante de 6.812,84 € (seis mil oitocentos e doze euros e oitenta e quatro cêntimos), correspondente a 10% do valor total da empreitada. -----

----- Nestes termos e tendo em consideração o atrás referido, entende-se que estão reunidas as condições necessárias para homologação do auto de receção definitiva anexo e libertada a garantia bancária acima mencionada. À consideração superior." -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### **2.4.2 - Receção definitiva e libertação de caução**

- Empreitada: Reparação da Estrada Municipal entre Vidual de Cima e Cabril

- Adjudicatário: Socongo, Sociedade de Construções Gouveias, Lda

----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: ----

----- " Em 17/06/2013 foi efetuada vistoria aos trabalhos abrangidos pela empreitada em epígrafe. -----

----- Conforme consta do auto de vistoria anexo, não foram detetadas quaisquer anomalias pelo que os trabalhos poderão ser rececionados definitivamente. -----

----- À presente data existem as seguintes garantias: -----

----- 1) O montante de 274,83 € relativo a retenções efetuadas aquando do pagamento dos autos de medição; -----

----- 2) Certificado de Seguro de Caução nº P3840/00/41/2008/950215 emitido pela companhia de Seguros ASEFA, S.A Seguros Y Reaseguros em 16/07/2008 no montante atual de 1.203,93 €. -

----- Nestes termos e tendo em consideração o atrás referido, entende-se que estão reunidas as condições necessárias para homologação do auto de receção definitiva anexo, cancelamento do seguro caução e devolução do montante de 274,83 €. À consideração superior. " -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----





## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### **2.4.3 - Receção definitiva e libertação de caução**

- Empreitada da Estrada Municipal entre Vidual de Cima e a Casa do Guarda

- Adjudicatário: Socongo, Sociedade de Construções Gouveias, Lda

----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: ----

----- “ Em 17/06/2013 foi efetuada vistoria aos trabalhos abrangidos pela empreitada em epígrafe. -----

----- Conforme consta do auto de vistoria anexo, não foram detetadas quaisquer anomalias pelo que os trabalhos poderão ser rececionados definitivamente. -----

----- À presente data existem as seguintes garantias: -----

----- 1) Certificado de Seguro de Caução nº P3840/00/41/2008/950213 pela companhia de Seguros ASEFA, S.A Seguros Y Reaseguros em 16/07/2008 no montante atual de 917,04 €. -----

----- Nestes termos e tendo em consideração o atrás referido, entende-se que estão reunidas as condições necessárias para homologação do auto de receção definitiva em anexo e cancelamento do seguro de caução. À consideração superior.” -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### **2.4.4 - Requalificação de Arruamentos\_Souto do Brejo**

----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: ----

----- “ Tendo em consideração o concurso para execução da empreitada “Requalificação de Arruamentos\_Souto do Brejo”, a firma Socongo, Sociedade de Construções Gouveias, Lda, apresentou em 14 de março de dois mil e treze um pedido de liberação das cauções prestadas para garantia da execução do contrato de empreitada em epígrafe e do exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que dele decorre para o Município. -----

----- O pedido foi formulado ao abrigo do disposto no Decreto Lei nº 190/2012 de 22 de agosto. -

----- Nos termos e para os efeitos do nº 2 do artigo 4º do Decreto Lei nº 190/2012 de 22 de agosto foi efetuada vistoria no dia 27 de março de 2013 pelas 14 horas e 45 minutos, no local da empreitada, com a presença das testemunhas Fernando Pereira Alves e David Jorge Pereira Gonçalves, dado que nenhum representante do adjudicatário compareceu à vistoria. -----





## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

----- Da citada vistoria foi lavrado auto, que se anexa e se dá aqui por integralmente reproduzido, tendo sido elencadas as anomalias / deficiências verificadas. -----

----- Assim e atento ao atrás exposto, entende-se que não estão verificadas as condições previstas no nº 5 do artigo 3º do Decreto Lei nº 190/2012 de 22 de agosto. -----

----- Nestes termos, a pretensão do empreiteiro não reúne condições para ser satisfeita, não sendo possível liberar qualquer garantia relativa à empreitada em epígrafe. À consideração superior." -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no nº 3 e nº 4 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### 2.4.5 - Movimentação de Terras\_Lote 8\_Liberação de caução

----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: ----

----- " Tendo em consideração o concurso para execução da empreitada "Movimentação de Terras\_Lote 8\_Liberação de caução", a firma Ramos Catarino, S.A, apresentou em 13/06/2013 um pedido de liberação das cauções prestadas para garantia da execução do contrato de empreitada em epígrafe e do exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que dele decorre para o Município. -----

----- O pedido foi formulado no abrigo do disposto no Decreto Lei nº 190/2012 de 22 de agosto. -

----- Nos termos e para os efeitos do nº 2 do artigo 4º do Decreto Lei nº 190/2012 de 22 de agosto foi efetuada vistoria no dia 10 de julho de 2013, no local da empreitada, com a presença do representante do adjudicatário, Engº Daniel Semedo Fernandes Rodrigues. -----

----- Da citada vistoria foi lavrado auto, que se anexa e se dá aqui por integralmente reproduzido, tendo-se verificado que os trabalhos efetuados na empreitada não apresentam quaisquer anomalias. -----

----- Assim e atento ao atrás exposto, entende-se que estão verificadas as condições previstas no nº 5 do artigo 3º do Decreto Lei nº 190/2012 de 22 de agosto, para serem libertados 30% do valor das garantias existentes nos termos do disposto no nº 2 e nº 4 do artigo 3º do mesmo diploma legal.

----- A empreitada goza das seguintes garantias: -----

----- 1) Retenções efetuadas aquando dos pagamentos efetuados no montante total de 10.959,21 € (dez mil novecentos e cinquenta e nove euros e vinte e um cêntimos). -----

----- Nestes termos, a pretensão do empreiteiro reúne condições para ser satisfeita, Propondo-se a redução em 30% do montante da garantia existente, através da devolução do montante de 3.287,76 € (três mil duzentos e oitenta e sete euros e setenta e seis cêntimos). À consideração superior." -----



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

### 3 - DIVISÃO SÓCIO CULTURAL E EDUCATIVA

#### 3.1 - AÇÃO SOCIAL

##### 3.1.1 - Ação Social Escolar 2013/2014

----- Foi presente uma informação do Serviço de Ação Social, do seguinte teor: -----

----- *"No seguimento de novos pedidos de apoio referentes à ação social escolar 2013/2014, venho por este meio remeter proposta, após análise dos dados apresentados: -----*

Nº	Nome do aluno	Nome dos pais	Alim.	Transp.	13/14
170	Diana Sofia de Melo Gomes	CAT	X	---	Isenção
177	Liliana Isabel Henriques Dias	João Paulo Martins Dias Célia Maria Tomé Henriques Dias	---	X	50%

----- *À consideração superior."* -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

##### 3.1.2 - Casa de habitação onde reside o Sr. José Augusto Lopes Batista

----- Foi presente uma informação do Serviço de Ação Social, do seguinte teor: -----

----- *"No seguimento da casa de habitação onde reside o Sr. José Augusto Lopes Batista ter sido penhorada e nessa sequência adquirida pelos Senhores Jorge Adrião, NIF 109528751 e Orquídea Adrião, NIF 194994511 residente na rua Octávio Pato nº 5, 1º Esqº 2675-727 Vialonga, vimos*





**MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

*por este meio expor a seguinte situação: -----*

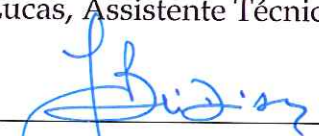

----- Face à dificuldade em conseguir uma habitação condigna para realojar o Sr. José Augusto Lopes da Silva e às suas dificuldades socioeconómicas bem como o historial de vida passada, que o colocou numa situação de alguma dependência dos Serviços Sociais desta Autarquia pela dificuldade em obter trabalho formal e consequentemente dificuldade em aceder a bens e serviços, foi proposto aos novos proprietários da habitação que permitissem que o Sr. José Augusto permanecesse sem custos na habitação sita na Rua do Calvário, por mais 3 meses, ou seja até 3 dezembro de 2013, de forma a permitir encontrar uma habitação que tenha o mínimo de condições de habitabilidade. -----

----- O casal aceita a proposta sob a condição de que seja emitido um documento comprovativo desta situação de forma a garantir que, após o dia 5 de dezembro, tenham livre acesso à habitação sem que o Sr. José Augusto se oponha à sua saída. De referir que legalmente não possuem forma de o fazer após o dia 5 de setembro, altura em que lhes será entregue a habitação pelo Serviço de Finanças de Pampilhosa da Serra. À consideração superior." -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar, e emitir o documento necessário ao referido fim. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

----- Não havendo outros assuntos a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, eram onze horas, pelo que de tudo e para constar se lavrou a presente acta, que vai ser assinada pelo Sr. Presidente, José Alberto Pacheco Brito Dias e por mim, Maria Olímpia da Costa Antunes Lucas, Assistente Técnico, que a subscrevi. -----

  
\_\_\_\_\_  
  
\_\_\_\_\_